Vol. 0, nº 332 quinta-feira, 10 de setembro de 2026 · ISSN 3086-9293

OBSERVATÓRIO

EVOLUTA

Notícias e análises da administração pública evoluta.adm.br/observatorio

IDEIAS DE HARVARD

Quanto vale um parque público: valor econômico e financiamento

Linda Bilmes, da Harvard Kennedy School, resume pesquisas em que americanos declararam quanto pagariam para não perder o sistema de parques nacionais, e discute por que o orçamento anual dificulta a manutenção de bens que existem para durar. A conversa…



Imagem ilustrativa

NESTE NÚMERO

Quanto vale um parque público: valor econômico e financiamento 1

Prazos e expediente 2

ISSN 3086-9293 · Vol. 0, nº 332
00332 >
9 773089 290008

Parques, praças e áreas verdes aparecem na lei orçamentária como despesa, raramente como patrimônio com valor. A professora Linda Bilmes, da Harvard Kennedy School (HKS), especialista em orçamento e financiamento, discutiu em setembro de 2026 o **valor econômico de parques públicos** em uma conversa publicada pela HKS com Will Shafroth, ex-presidente de uma fundação ligada ao serviço de parques nacionais dos EUA. Ela retoma um estudo de 2016, de Michelle Haefele, John Loomis e Bilmes, que estimou o valor econômico total do Serviço de Parques Nacionais (NPS). A conversa tem muitos temas de política americana; esta matéria fica nos que servem à gestão de parques municipais.

A ideia em resumo

Bens públicos que a sociedade valoriza, mas que não geram receita direta, tendem a ser subfinanciados. A pesquisa tenta dar a esses bens um número: quanto as pessoas pagariam para mantê-los, mesmo sem visitá-los. Bilmes defende que a forma de orçamentar importa tanto quanto o valor total.

O que a pesquisa e a conversa mostraram

- **Valoração.** Os estudos de Bilmes e Loomis foram levantamentos de disposição a pagar, e não pesquisas de opinião. Segundo a conversa, os entrevistados pagariam cerca de US$ 92 bilhões (US$ 122 bilhões em valores atuais) para não perder os parques e seus programas, algo como 30 vezes o orçamento federal anual do serviço, de cerca de US$ 3 bilhões.
- **Valor sem visita.** Mais de 95% afirmaram valorizar o serviço de parques, mesmo sem visitá-los, e mais de 81% disseram que pagariam impostos mais altos para apoiá-los.
- **Modelo de financiamento.** Para Bilmes, o problema é estrutural: a maior parte do dinheiro vem de dotação anual aprovada pelo Congresso, o que combina mal com uma missão de proteção permanente. Não há um orçamento de capital de verdade, o que acumulou um passivo de manutenção diferida de bilhões de dólares. Ela defendeu, no Congresso, ao menos um orçamento de dois anos.
- **Tendência.** Segundo Bilmes, o orçamento de 2026 do serviço é 16%

ISSN 3086-9293 · Vol. 0, nº 332 (10 set. 2026)

menor que o de dez anos antes, com quedas quase todos os anos em valores corrigidos, enquanto visitantes e propriedades aumentaram.
- **Pessoas e moradia.** O texto cita redução de 20% a 25% da equipe e o problema de moradia acessível para trabalhadores dos parques; em um parque, para 275 servidores, cerca de 3 mil pessoas trabalham diariamente como guias e intérpretes.
- **Filantropia.** Doações e grupos de amigos ajudam a preencher lacunas, mas, segundo Bilmes, não substituem o financiamento público. Segundo Shafroth, cerca de 80% das taxas de entrada ficam no próprio parque, e 20% vão para o sistema.

Como aplicar no Brasil

Parques naturais municipais são unidades de conservação criadas pelos municípios; a Lei do SNUC (Lei 9.985/2000, art. 11, § 4º) prevê a denominação "Parque Natural Municipal" para o parque criado por município, com visitação sujeita ao plano de manejo e às normas do órgão gestor (§ 2º). Além deles, praças e áreas verdes têm custo contínuo de manutenção. As ideias do estudo podem ser adaptadas assim:

- **Dê um valor ao patrimônio.** Faça um inventário de parques e praças com estado de conservação, uso e custo anual de manutenção, e estime o passivo de manutenção atrasada.
- **Pesquise a disposição a pagar com método.** Um levantamento simples com moradores, inclusive os que não frequentam, mostra o valor percebido e pode ajudar a justificar a despesa na audiência da LOA.
- **Planeje manutenção em ciclos plurianuais.** Inclua no PPA e na LDO metas de manutenção e reforma, e não apenas obras novas. A despesa com conservação é continuada e precisa de estudo de impacto orçamentário.
- **Separe custeio de investimento** no orçamento e mantenha uma reserva ou fundo de conservação, com regras claras.
- **Combine fontes,** com cuidado: taxas de uso, quando a lei local permitir, compensações ambientais, convênios, parcerias com organizações da sociedade civil e concessões ou permissões de serviços, como lanchonetes e atividades de lazer, sempre por licitação ou chamamento.
- **Cuide das pessoas que trabalham no parque:** equipe de zeladoria, guarda ambiental e educadores, com capacitação e condições de trabalho.

Cuidados e limites

Os números são de pesquisas feitas com americanos sobre um sistema de parques nacionais de escala muito diferente da de um município brasileiro, e o estudo de 2016 usa preços e hábitos da época; a página do estudo não detalha a técnica de valoração. Valores de disposição a pagar são declarados, não pagos, e não equivalem a receita. Cobrança de ingresso ou concessão exige autorização legal, estudos de viabilidade e respeito à função social do espaço público, evitando excluir quem não pode pagar. A conversa trata ainda de decisões políticas do governo americano que esta matéria não discute. Este texto é uma leitura própria da Evoluta, feita por profissionais com formação pela Harvard Kennedy School, sem vínculo da empresa com a HKS.

Fontes:
Research shows Americans overwhelmingly value national parks. Is the government as invested? — Harvard Kennedy School (hks.harvard.edu)
Total Economic Value of US National Park Service Estimated to be $92 Billion: Implications for Policy — Harvard Kennedy School (George Wright Forum, v. 33, n. 3) (hks.harvard.edu)
Lei nº 9.985/2000 (SNUC), art. 11 — Planalto (planalto.gov.br)

Próximos prazos

16/11	eSocial, EFD-Reinf e DCTFWeb: obrigações mensais da folha (Competência outubro/2026: eSocial (S-1200, S-1202 e S-1299) e EFD-Reinf)
20/11	Repasse mensal à Câmara (art. 29-A) e limites de gasto do Legislativo (Repasse de novembro de 2026)
30/11	eSocial, EFD-Reinf e DCTFWeb: obrigações mensais da folha (Competência outubro/2026: DCTFWeb)
30/11	RPPS: DAIR, DIPR, DPIN e DRAA à Secretaria de Previdência (DAIR de outubro/2026)
30/11	RPPS: DAIR, DIPR, DPIN e DRAA à Secretaria de Previdência (DIPR do 5º bimestre de 2026)
30/11	13º salário dos servidores municipais (Empregados CLT (Lei nº 4.749/1965, art. 2º): fim da janela do adiantamento (1ª parcela) em 2026)

Datas sujeitas à confirmação no ato de cada ano e na lei local. Calendário completo: evoluta.adm.br/prazos/

EVOLUTA

Eficiência e inovação na gestão.

A Evoluta reúne a Evoluta Assessoria e o Instituto Evoluta e atende prefeituras, câmaras municipais, autarquias, terceiro setor e organizações de políticas públicas, com atuação em mais de 100 cidades, em todos os estados do Brasil.

ÁREAS DE ATUAÇÃO

Gestão Pública & Desenvolvimento Institucional · Projetos & Processos · Escola de Governo · GovTech & Produtos Digitais · Comunicação Institucional & Legislativa · Parcerias & Compras Públicas

SERVIÇOS LIGADOS AOS TEMAS DESTE NÚMERO

Planejamento Governamental — Plano de Governo, PPA, LDO e LOA
Alinhamento das prioridades de governo aos instrumentos de planejamento e orçamento, com definição de programas, objetivos,…

Estudo de Impacto Orçamentário-Financeiro — LRF
Elaboração de estimativas, memórias de cálculo e cenários para avaliar a criação ou alteração de despesas…

Parcerias Público-Privadas, Concessões e Manifestação de Interesse
Apoio à modelagem jurídica de projetos de maior porte, com estudos e procedimentos de manifestação de…

WhatsApp
+55 16 3331-5868
Cursos gratuitos
Escola de Governo: 7 cursos on-line com certificado
evoluta.adm.br/ead

OBSERVATÓRIO
EVOLUTA
Publicação diária de notícias e análises da administração pública

EXPEDIENTE

Editor responsável	Matheus Bernardo Delbon
Corpo editorial	Charles Vinícius, Caique Camilo e Gustavo Bispo
Editora	Instituto Evoluta, CNPJ 52.385.606/0001-96. Rua São Bento, 1.271, Centro, Araraquara-SP, CEP 14801-300
Periodicidade	Diária
Este número	Vol. 0, nº 332 (10 set. 2026)
Redação	observatorio@evoluta.adm.br
ISSN	3086-9293

Número on-line